

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 39/2013**

Período: 26/10/2013 – 01/11/2013

GEDES – Brasil

- 1- Vladimir Herzog foi homenageado em São Paulo
- 2- Aviões da Força Aérea Brasileira transportaram médicos estrangeiros
- 3- Forças Armadas auxiliaram na segurança do Exame Nacional do Ensino Médio
- 4- Ministério da Defesa iniciou parceria com empresas para rastrear explosivos
- 5- Jornal retrata a importância da invasão da Universidade de Brasília na criação do Ato Institucional nº5
- 6- Agência Brasileira de Inteligência desbarata esquema de espionagem dos Estados Unidos da América no país
- 7- Reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos destaca debate pela revisão da Lei da Anistia
- 8- Colunista elogiou atuação do Exército em leilão do campo de Libra
- 9- Filme retrata o mercado gerado por indenizações as vítimas do regime militar
- 10- Plano Nacional de Contingência envolverá a Marinha
- 11- Esposa de Rubens Paiva foi vigiada durante regime militar
- 12- Senador proporá a criação de Agência de Defesa Cibernética

1- Vladimir Herzog foi homenageado em São Paulo

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 25/10/13, Vladimir Herzog, jornalista morto durante o regime militar (1964-1985) na sede do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército, foi homenageado na cidade de São Paulo. De acordo com o jornal, uma praça foi batizada com seu nome e um mural lembrando a causa da morte de Herzog foi instalado no local. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 26/10/13)

2- Aviões da Força Aérea Brasileira transportaram médicos estrangeiros

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) transportou os aprovados na segunda etapa do programa Mais Médicos para os estados em que atuarão. O periódico informou que os aviões partiram de Brasília, capital federal, e de outras três capitais: Vitória (Espírito Santo), Belo Horizonte (Minas Gerais) e Fortaleza (Ceará). De acordo com *O Estado*, foram utilizados 11 aviões modelos Hércules C130, Embraer 145, Bandeirante e Amazonas. Esta foi uma das maiores operações de transporte de materiais e de passageiros realizada pela FAB, uma vez que, além dos médicos, foram transportadas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (*Correio Braziliense* – 27/10/13; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 26/10/13)

3- Forças Armadas auxiliaram na segurança do Exame Nacional do Ensino Médio

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas auxiliaram no sistema de segurança para aplicação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos dias 26 e 27/10/13. De acordo com o periódico, após a impressão dos cadernos de prova em Osasco, cidade localizada na região metropolitana do estado de São Paulo, o material foi levado ao Exército e encaminhado ao Aeroporto de Cumbica, na cidade de Guarulhos. O *Estado* afirmou que os malotes de prova ficaram armazenados em galpões do Exército, enquanto a Marinha e a Aeronáutica foram responsáveis pelo transporte dos mesmos e dos aplicadores da prova para 55 locais de difícil acesso nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/10/13)

4- Ministério da Defesa iniciou parceria com empresas para rastrear explosivos

Segundo o jornal *Correio Brasiliense*, o governo federal articula com empresas brasileiras um projeto de rastreamento de explosivos de origem nacional e importada, que seja implementado a partir do primeiro semestre de 2014. Esse projeto tem como objetivo evitar incidentes em locais de grande aglomeração de pessoas, inibir o uso de explosivos em caixas eletrônicas, presídios e outros. Nesses locais serão instalados dispositivos de radiofrequência que possibilitarão a localização dos materiais. A parceria entre o setor privado e o Ministério da Defesa se iniciou em 2011 e tem como meta rastrear todo o segmento da cadeia produtiva de explosivos. Atualmente, está em teste o desenvolvimento de um processo de introdução de um chip na dinamite e acionadores para todos os fabricantes, tornando o Brasil um pioneiro no desenvolvimento desse tipo de tecnologia. De acordo com o Comando do Exército, os explosivos já possuem um número de identificação, denominado Identificação Individual Seriada (IIS), quando saem da indústria ou entram no país. Conforme o jornal, o Brasil fabrica 300 mil toneladas de explosivos por ano e apenas uma pequena parcela é importada para ser utilizada, geralmente, na exploração de petróleo. Segundo o major João Luiz Machado, da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, a iniciativa encontra resistência de algumas empresas devido ao aumento no custo de fabricação, mas isso não impedirá o Exército de fiscalizar o uso de explosivos. Inicialmente está sendo realizada a identificação serial desses explosivos, para depois introduzir a utilização do chip. Segundo o major, existem centenas de fabricantes de explosivos no Brasil, mas somente dez dominam 90% do mercado. O técnico responsável por detonar os explosivos também será monitorado através de um cadastro obrigatório, que o autoriza a ser contratado. A última norma para o rastreamento obriga que as empresas que sofrerem furto ou desvio de explosivos comuniquem o ocorrido ao Exército em até 24 horas. (Correio Brasiliense – 27/10/13)

5- Jornal retrata a importância da invasão da Universidade de Brasília na criação do Ato Institucional nº5

Segundo o jornal *Correio Brasiliense*, um dos locais mais importantes explorados pelo regime militar (1964-1985) foi a Universidade de Brasília

(UnB). A presença de jovens ligados à resistência na universidade chamou atenção do regime ocasionando uma série de ocupações e intervenções das forças policiais. De acordo com o *Correio*, a invasão ocorrida no dia 29/08/68 poderia ter sido o pretexto esperado pelos militares para a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), responsável por endurecer a repressão nos anos seguintes. Segundo Cláudio de Almeida, ex- aluno da UnB, os alunos já sabiam que a polícia invadiria o campus naquele dia, pois recebiam informações de filhos de militares. Betty Almeida, colega de Cláudio, relatou que a polícia invadiu o campus violentamente, destruindo a universidade e batendo nos estudantes, principalmente em Honestino Guimarães, líder estudantil, único a ser levado preso pelos militares. Revoltados com a ocupação e a prisão de Guimarães, os alunos da UnB botaram fogo em uma viatura que havia ficado no campus. Em resposta, o governo militar invadiu novamente a universidade com o Exército e as Polícias Militar, Civil e Política, chegando a cercar o campus com tanques de guerra. O confronto entre as forças militares e os alunos, que se defendiam com paus e pedras, terminou com dois estudantes baleados: Waldemar Alves da Silva Filho e Márcio José dos Santos. Após o confronto, os estudantes foram reunidos e passaram por uma triagem: aqueles que tinham as mãos sujas foram presos por terem atirado pedras nos policiais. No momento em que as prisões aconteciam, vários congressistas chegaram à UnB. Baseado na violenta invasão da UnB e no fechamento da Universidade Federal de Minas Gerais, Márcio Moreira Silva, então deputado federal filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em discurso no Congresso Nacional, conclamou o povo a boicotar o militarismo. O congressista pediu aos cidadãos que não participassem das comemorações da Independência do Brasil. O então presidente da República, general Arthur da Costa e Silva, pediu ao Poder Judiciário a cassação de Moreira Silva, porém, a Câmara Federal negou a licença para que o deputado fosse processado. Essa série de incidentes serviu como pretexto para que Costa e Silva editasse o AI-5 em 13/12/68. (*Correio Braziliense* – 28/10/13)

6- Agência Brasileira de Inteligência desbarata esquema de espionagem dos Estados Unidos da América no país

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) exonerou o analista 008997 de seu serviço de espionagem por transmitir dados sigilosos para Agência Central de Inteligência (sigla em inglês, CIA) dos Estados Unidos da América (EUA). Um agente estadunidense, disfarçado de diplomata da embaixada dos EUA em Brasília, cooptou o analista 008997, alto funcionário do órgão – que chefiara a estratégica subunidade da agência em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, antes de assumir, no dia 28/07/11, a superintendência em Manaus, no estado da Amazônia. O objetivo do agente estadunidense era obter informações sobre a atuação do governo brasileiro na Tríplice Fronteira, região de fronteira entre o Brasil, Argentina e Paraguai, e rastrear informantes do governo. Entretanto, ao acessar remotamente documentos protegidos por sigilo do escritório de Foz do Iguaçu, aos quais não poderia ter mais acesso, o analista 008997 fez com que um alerta fosse dado na Abin e uma operação de contraespionagem fosse autorizada por Wilson Trezza, diretor-geral da Agência. Para essa operação, agentes “novatos” foram deslocados de outras regiões do país para acompanhar e filmar um jantar na

cidade de Curitiba, estado do Paraná, entre o agente estadunidense e o brasileiro, onde este garantiu ao primeiro que não estavam sendo vigiados pela Abin e marcaram um novo encontro para o mês seguinte. Nesse novo encontro, o brasileiro apresentaria outra pessoa que ajudaria o estadunidense a obter mais informações, porém, o agente da CIA não apareceu, uma vez que foi removido do país logo após o encontro de Curitiba. Segundo servidores da Abin ouvidos pelo *Estado*, “os americanos, de alguma forma, ficaram sabendo que seu agente tinha sido descoberto e este não poderia mais ficar no país, para evitar problemas diplomáticos”. Em explicações ao governo brasileiro, o governo dos EUA alegou que foi o analista brasileiro quem procurou o diplomata estadunidense. A Abin evitou a exposição do caso e não abriu processo administrativo contra o servidor, que foi exonerado e se aposentou em 17/12/12. Segundo o jornal, a Abin teme que o agente estadunidense tenha obtido uma lista dos informantes infiltrados na comunidade árabe da Tríplice Fronteira. Os EUA consideram a região de Foz do Iguaçu um centro financeiro de abastecimento de grupos terroristas do Oriente Médio. O fato da Abin ter ignorado essa suspeita gerou revolta nos setores de contrainteligência do órgão, que desmascararam o esquema de espionagem. De acordo com uma fonte ouvida pelo *Estado*, o fato das autoridades responsáveis por detectar ações de espionagem no Brasil omitirem o “grave episódio” da presidenta da República, Dilma Rousseff, foi considerado muito sério. A Abin alegou que a falta de uma legislação brasileira que tipifique crimes de espionagem não permite que a agência produza provas. Em resposta ao jornal *Folha de S. Paulo*, o general José Elito, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ao qual a Abin está subordinada, negou que o analista tenha passado dados sigilosos à CIA e afirmou que o mesmo se aposentou porque já tinha o tempo necessário para isso. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 27/10/13*; *O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/10/13*)

7- Reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos destaca debate pela revisão da Lei da Anistia

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o Brasil está sendo pressionado por tribunais e entidades de direitos humanos para reinterpretar a Lei da Anistia (1979) e se tornar mais rigoroso na punição de quem torturou e matou em nome do Estado. Por causa disso, segundo levantamento feito por militantes de direitos humanos, aproximadamente uma dezena de agentes da repressão, vindos da Argentina e do Uruguai nos anos de 1970 e 1980, teriam se escondido no Brasil. O assunto será destaque na reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), que ocorrerá em Brasília, capital federal, entre os dias 11 e 15/11/13. A Lei da Anistia foi promulgada durante o regime militar (1964-1985), em 1979, e beneficiou tanto os presos políticos como os militares, que ficaram protegidos de qualquer punição pelos crimes praticados em nome do Estado. Segundo Paulo Abrão, secretário de Justiça, o Brasil se tornou uma opção de refúgio para ex-agentes da repressão devido a sua fronteira com aqueles Estados. Ainda de acordo com Abrão, “o que impede que o País seja “um espaço consolidado de refúgio desses violadores de direitos humanos” é que “existe uma jurisprudência no STF [Supremo Tribunal Federal] para equiparar crimes de sequestro a crimes permanentes””. Em recente parecer ao STF, a respeito

da extradição de um ex-policial argentino que cometeu crimes durante o regime militar naquele país, Rodrigo Janot, procurador-geral da República cogitou a reinterpretção da lei e observou que crimes com tortura e morte de opositores políticos são crimes contra a humanidade e, portanto, imprescritíveis. A CIDH condenou, há três anos atrás, o Estado brasileiro pelo desaparecimento de militantes de esquerda durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Em entrevista ao *Estado*, Diego Gracia-Sayán, o presidente da CIDH, afirmou que a Corte não recebeu nenhuma resposta negativa do Brasil em relação ao cumprimento da sentença e que o país deverá punir os agentes públicos responsáveis a seu tempo. O presidente declarou ainda que cada país desenvolve seu processo político no seu ritmo e que a justiça de transição aparece não somente nos tribunais, mas também em movimentações sociais e institucionais. As comissões da verdade se enquadram nesse processo de descobrimento da verdade oferecendo às vítimas alguma reparação social. Segundo Gracia-Sayán, a Lei da Anistia pode ser comparada a um tratado de paz entre dois países, serve para estabilizar a transição, mas não apaga a história e, portanto, as vítimas devem obter reparação e os culpados, punidos. A afirmação da institucionalidade democrática é a chave para combinar verdade, reparação e justiça, e a estabilidade do processo de transição não deve impedir a investigação e punição das violações dos direitos humanos. Para Gracia-Sayán, a Lei da Anistia não impede que a sentença no caso Araguaia seja cumprida. (O Estado de S. Paulo – Política – 27/10/13)

8- Colunista elogiou atuação do Exército em leilão do campo de Libra

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Valdo Cruz elogiou a participação do Exército na “operação de guerra” montada para garantir a segurança do leilão do campo de Libra. Cruz afirmou não defender a atuação do Exército nas ruas como rotina, mas advogou por uma reação mais articulada e eficaz do governo contra atos de violência e de depredação de patrimônios públicos e privados. (Folha de S. Paulo – Opinião – 28/10/13)

9- Filme retrata o mercado gerado por indenizações as vítimas do regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o filme “Jogo das Decapitações”, dirigido por Sérgio Bianchi, ironiza o mercado gerado pelas indenizações pagas as vítimas do regime militar (1964-1985). Temas como violência policial, opressão e luta de classes são abordados através da trajetória de militantes políticos. Segundo o jornal, os personagens são retratados de forma nuançada, não sendo apresentados apenas de forma maniqueísta, enquanto os episódios de alucinação no filme retratam a violência como fundamento social de qualquer época. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 28/10/13)

10- Plano Nacional de Contingência envolverá a Marinha

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi lançado, na semana do dia 28/10/13, o Plano Nacional de Contingência (PNC), o qual prevê medidas em casos de vazamento de petróleo no mar, de acordo com a quantidade de óleo vazado, dos impactos ambientais, da sensibilidade da área atingida e da

capacidade das operadoras de resolver o problema. O PNC, publicado no Diário Oficial da União no dia 23/10/13, envolve a participação de diversos órgãos oficiais, dentre eles a Marinha, que coordenará um esquema de emergência caso haja acidente em águas internacionais. (O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 28/10/13)

11- Esposa de Rubens Paiva foi vigiada durante regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, documentos do Ministério da Justiça revelam que Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, foi monitorada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), durante o regime militar (1964-1985). O deputado Paiva, que teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5, foi levado no dia 20/01/71 por agentes do regime para prestar depoimento e foi dado como desaparecido a partir de então. Segundo a versão oficial, Paiva fugira durante uma tentativa de sequestro, mas sua esposa sempre contestou essa versão e empreendeu esforços para esclarecer melhor o caso, motivo pelo qual ela foi vigiada. Os documentos fazem parte de um acervo do Ministério da Justiça que será remetido nas próximas semanas ao Arquivo Nacional. (Folha de S. Paulo – Poder – 29/10/13)

12- Senador proporá a criação de Agência de Defesa Cibernética

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o senador federal Ricardo Ferraço, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da espionagem, proporá em seu relatório a criação de uma Agência Civil de Defesa Cibernética. Ferraço pretende entregar o relatório até o fim de 2013, conforme noticiou o periódico. (Correio Braziliense – 30/10/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações

Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalleiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).